

» ciência / meio ambiente

» BUÍQUE

PATRIMÔNIO AGREDIDO

Desenhos feitos no Parque do Catimbau por grupos que viveram na área há mais de seis mil anos foram cobertos com tinta a óleo

Cleide Alves
cleide@jc.com.br

Uma ação criminosa destruiu um painel com figuras rupestres do Parque Nacional do Catimbau, no município de Buíque, Agreste pernambucano, distante 285 quilômetros do Recife. Os desenhos gravados no Sítio Pedra da Concha por grupos étnicos que habitaram a região, há mais de seis mil anos, foram cobertos com tinta a óleo vermelha, possivelmente espalhada com rolo para pintura. Até agora, a polícia ainda não identificou o responsável.

Dos 23 sítios arqueológicos catalogados na unidade de conservação, Pedra da Concha é o mais visitado e também o de acesso mais fácil. Abriga as primeiras inscrições encontradas no Vale do Catimbau e é o único lugar do parque onde são observadas num mesmo painel as pinturas de tradições nordeste (aquelas que formam cenas e dão ideia de movimento) e agreste, representada por figuras paradas, com desenhos abstratos.

“É raro encontrar registros das duas tradições num só painel. Quem estragou a pintura sabia muito bem o que estava fazendo”, afirma Luiz Ramos, sócio da Associação de Guias de Turismo do Parque Nacional do Catimbau. Segundo ele, a Pedra da Concha recebe uma média de 500 visitantes por mês. “Provavelmente, a pessoa que praticou esse ato tem algum envolvimento com turismo e queria acabar com a trilha para prejudicar o trabalho realizado pela associação”, relata.

A entrada no parque só é permitida com a presença de guias da entidade, criada em setembro de 2001 e hoje composta de 15 sócios. “Somos capacitados para exercer a atividade”, diz Luiz Ramos. O crime teria sido executado na madrugada do dia 13 de janeiro último. “Um guia da associação se deparou com a sujeira quando chegou ao sítio acompanhado de um casal de turista, na manhã desse mesmo dia.” As visitas à Pedra da Concha, distante seis quilômetros da vila do Catimbau, estão suspensas.

“Identificamos marcas de patas de cavalo no chão e fotografamos os vestígios”, declara Luiz Ramos. Ele disse que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi comunicado de imediato, mas só esteve no local um mês depois. “O Iphan achava que o Instituto Chico Mendes (administrador de parques nacionais), estava tomando providências”, declara. Uma restauradora levada pelo Iphan fez testes no painel para identificar a melhor forma de remover a tinta.

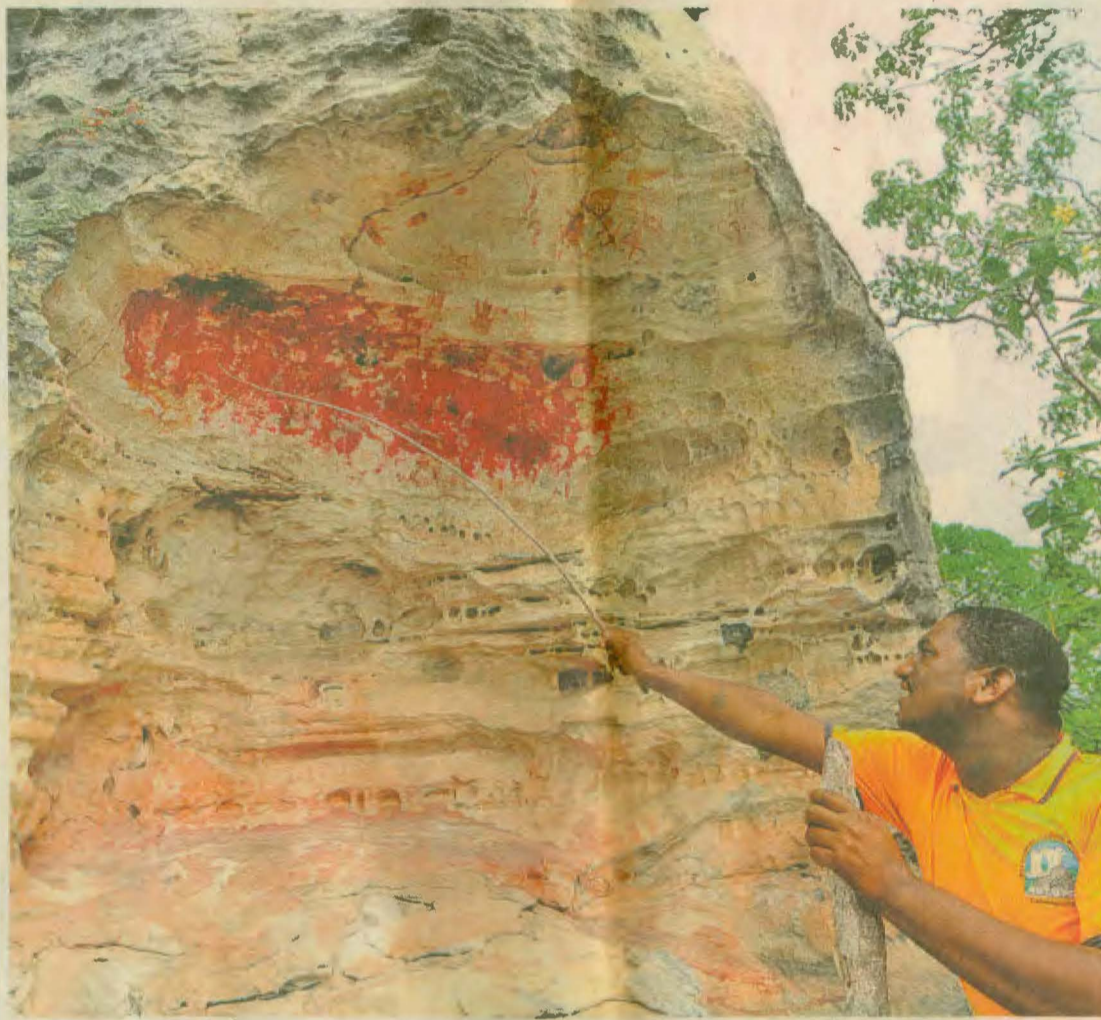
O superintendente do Iphan em Pernambuco, Frederico Almeida, afirma que tomou as providências cabíveis. “Não demoramos muito a ir até Buíque, depois do comunicado. Realmente, não fomos de imediato. Há o problema da distância. Mas acionamos as Polícias Federal e Civil, além do Ministério Público Federal, para apurar as responsabilidades e a motivação do crime”, informa Frederico Almeida.

O assessor de Comunicação Social da Polícia Federal em Pernambuco, Giovani Santoro, disse que até a semana passada não havia chegado nenhum ofício à instituição sobre o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério Público Federal também assegura que a procuradoria não foi acionada para intervir no problema.

De acordo com Frederico Almeida, os testes para identificar o tipo de solvente adequado para a limpeza — é preciso remover a tinta a óleo sem danificar a pintura rupestre — ainda não terminaram. “A reversão é possível, mas não sabemos o quanto da tinta conseguimos tirar”, afirma. “Esperamos que a polícia encontre o culpado e aplique a punição. Isso é um ato criminoso intencional contra o patrimônio cultural.”

O painel danificado mede dois metros de comprimento por três metros de altura. A tinta encobre a parte central, onde há desenhos de animais (tartaruga), duas mulheres grávidas juntas, uma fila indiana sugerindo que o grupo de pessoas participava de um ritual sagrado entre outros grafismos. Um trecho só com pinturas da tradição agreste, na parte mais alta da rocha, não chegou a ser atingido.

“Oitenta por cento dos sítios arqueológicos do parque correspondem à tradição agreste e 20%, à nordeste”, diz Luiz Ramos. Enquanto a situação não é resolvida, os guias levarão os visitantes para o Sítio Alcobaca, que tem um painel de 60 metros de extensão de pinturas da tradição agreste. A datação dos grafismos se baseia no estudo feito pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, no Vale do Catimbau, em 1969. Ele resgatou uma ossada, posteriormente datada em mais de seis mil anos. O achado encontra-se exposto em Buíque.



AÇÃO CRIMINOSA Figuras rupestres do Parque Nacional do Catimbau, em Buíque, Agreste, revelam costumes de grupos étnicos que habitavam a região e foram danificadas. Polícia não identificou responsáveis pelo vandalismo

Fotos: Rodrigo Lóbol/JC Imagem

Criado em 2002, parque nunca foi regularizado

O Parque Nacional do Catimbau, implantado por decreto do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, dia 13 de dezembro de 2002, ocupa uma área de 62,3 mil hectares de terra (623 quilômetros quadrados) em Buíque, Ibirimir e Tupanatinga, municípios das Regiões Agreste e Sertão do Estado. É o segundo maior parque arqueológico do Brasil em quantidade de pinturas rupestres, ficando atrás da Serra da Capivara, no Piauí. Apesar do valor histórico, nunca foi regularizado.

Com tamanho equivalente a quase três cidades do Recife, que tem 220 quilômetros quadrados, a unidade de conservação conta com apenas dois funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em abril de 2007 a partir da reestruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). “Dez fiscais andando dez quilômetros por dia não conseguem cobrir o território do parque, que tem 138 quilômetros de perímetro”, destaca um representante do instituto.

Com a reestruturação, o Instituto Chico Mendes passou a administrar as unidades de conservação brasileiras, onde estão incluídos os parques nacionais. O Ibama cuida dos licenciamentos e da fiscalização. A área do Parque Nacional do Catimbau está demarcada e cercada, porém, o instituto não tem fiscais para fazer a proteção do patrimônio, de acordo com um analista ambiental da entidade.

Agora isso, nenhuma das 486 propriedades particulares identificadas na área destinada ao parque, em 2002, foi desapropriada. “Passados seis anos, temos 0% de regularização fundiária”, completa o analista. Mas a convivência com os habitantes é pacífica. Até então, não havia registro de vandalismo contra os grafismos.

As trilhas que levam aos sítios arqueológicos passam pelas propriedades e, num acordo informal, todo morador ganha uma bonificação pelas visitas. “Eles recebem R\$ 1 real por cabeça”, diz Luiz Ramos, da Associação de Guias de Turismo do Parque Nacional do Catimbau. A presença dos moradores, assegura o guia, perpetua a prática de caça e derrubada de árvores para produção de carvão. “Isso ainda precisa ser combatido.”

Em janeiro, os funcionários comunicaram ao Iphan e à sede do Instituto Chico Mendes, em Brasília, a agressão ao Sítio Pedra da Concha. Agora, esperam que a polícia identifique o autor. A coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Anne-Marie Pessis, reforça que o responsável pelo crime deve receber uma “punição exemplar, com sentido didático”, para evitar ataques aos outros sítios.

“Somos formadores de profissionais de arqueologia e conservação do patrimônio e estamos preocupados com essa destruição”, declara Anne-Marie. Alunos e professores da UFPE desenvolvem estudos no Parque Nacional do Catimbau. A fotografia do Sítio Pedra da Concha antes da destruição, publicada pelo **JC**, tinha sido tirada por uma das pesquisadoras da universidade pouco antes do painel ter sido pintado com tinta a óleo.

A arqueóloga observa que limpar a rocha será um trabalho lento e dispendioso. “É preciso fazer o diagnóstico dos componentes usados na pichação, identificar o removedor ideal e, depois, avaliar o impacto do solvente sobre a pintura rupestre”, pondera. A UFPE se coloca à disposição para, junto ao Iphan, promover cursos destinados a guias que atuam nas áreas de patrimônio histórico.

No ano passado, o Parque Nacional do Catimbau — segunda unidade de preservação federal criada no Estado de Pernambuco, depois do Arquipélago de Fernando de Noronha — foi eleito uma das sete maravilhas de Pernambuco, num concurso promovido pelo **Sistema Jornal do Commercio de Comunicação**.

